

# O *Menino-Cachorro* e o projeto TOCCA<sup>1</sup>: intensidades e experimentações na constituição de ações em Terapia Ocupacional<sup>2</sup>

Andréa do Amparo Carotta de Angeli<sup>a</sup>, Tania Mara Galli Fonseca<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

**Resumo: Introdução:** Este artigo apresenta parte das discussões desenvolvidas pela autora em sua Tese de Doutorado, que se deteve a pensar a implantação, o desenvolvimento e a avaliação do projeto de ensino, pesquisa e extensão universitária TOCCA – Terapia Ocupacional, Corpo, Cultura e as Artes, do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. **Objetivos:** Busca apresentar parte das problemáticas, reflexões e potencialidades vividas pela docente e pelos estudantes de graduação em terapia ocupacional, no período de 2010-2014 (estagiários, voluntários e bolsistas), na construção do TOCCA. Para tanto, mostra a cartografia inicial desenvolvida nos primeiros contatos com a cidade e seu modo de fazer a assistência social à população em vulnerabilidade e/ou isolamento social, e as primeiras ações do projeto. **Métodos:** Utilizou-se a cartografia como procedimento metodológico para o desenho e a análise das linhas de forças que atravessam e produzem a composição do território existencial do que se nomeou TOCCA. Na construção da cartografia, trabalhou-se com narrativas que misturavam fragmentos de diferentes histórias e incluíam elementos fabulados para criar a cena conceitual necessária para a expressão do campo problemático e suas complexidades. **Resultados/Discussão e Conclusões:** Observam-se os pontos de potência e de fragilidade do projeto em diálogo com a compreensão do campo em que está inserido e das suas problemáticas imanentes.

**Palavras-chave:** *Terapia Ocupacional, Cartografia, Vulnerabilidade Social.*

## The Little Dog-Boy and the TOCCA's project: intensities and trials in the constitution of actions in Occupational Therapy

**Abstract: Introduction:** This paper presents part of the discussions developed by the author in her doctoral thesis which appeals to the implantation, development and evaluation of the teaching, research and university extension project, the TOCCA – Terapia Ocupacional, Corpo, Cultura e as Artes, (Occupational Therapy, Body, Culture and Arts), from the Occupational Therapy undergraduate program, from Universidade Federal de Santa Maria (Federal University of Santa Maria). **Objectives:** To present part of the problematics, reflections and potentialities experienced by the teacher and undergraduate students in occupational therapy between 2010 and 2014 (interns, volunteers and scholars) in the TOCCA building. For this purpose, we show the initial cartography developed in the first contacts with the city and its way of doing social assistance to the socially vulnerable and/or isolated population and the projects first actions. **Methods:** We used the cartography as methodological procedure for drawing and analyzing the force line that cross and produce the composition of the existential territory of what is named TOCCA. In the cartography construction, we worked with narratives that mix fragments of different stories and included fable elements to create the conceptual scene necessary to the expression of the problematic field and its complexities. **Results/Discussion and Conclusions:** We observe the project's potency and fragility points in dialogue with the comprehension of the field where it is inserted and its immanent problems.

**Keywords:** *Occupational Therapy, Cartography, Social Vulnerability.*

## 1 Introdução

A construção de projetos de ensino, pesquisa e extensão em terapia ocupacional, simultaneamente à constituição do curso de graduação, vem sendo a realidade de alguns docentes na Universidade Federal de Santa Maria, desde o ano de 2009. Realidade esta, que vem aliada ao fato de ser a primeira universidade pública a acolher a formação de terapeutas ocupacionais no Rio Grande do Sul, onde, durante muitos anos, a presença de terapeutas ocupacionais esteve associada à formação oferecida pelo Centro Universitário Metodista – IPA e pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, o que se expressou no número reduzido de profissionais e no pouco desenvolvimento de algumas das áreas de atuação. Neste contexto, o cenário de uma terapêutica ocupacional na área social era quase inexistente e contava com o esforço pessoal de muitos terapeutas ocupacionais na busca por capacitação. Compreende-se a importância, assim, do desenvolvimento de pesquisas que se proponham a construir um pensamento crítico e reflexivo acerca das práticas e dos saberes que vão sendo tecidos por estes projetos, fortalecendo, desta maneira, os campos de ação em terapia ocupacional e os espaços de capacitação e formação de estudantes e de profissionais.

Neste sentido, este artigo busca apresentar parte das problematizações desenvolvidas na pesquisa da qual se originou a tese: “TOCCA – uma terapêutica ocupacional”, que se deteve em cartografar o processo de produção do projeto TOCCA – Terapia Ocupacional, Corpo, Cultura e as Artes, bem como as suas dificuldades e potencialidades, e os seus enfrentamentos, quando diante de ações em terapia ocupacional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social na interface com as artes.

O projeto se insere na rede de proteção básica da zona leste da cidade de Santa Maria-RS, fazendo interlocuções com o Centro de Assistência Social e com algumas instituições que compõem a rede socioassistencial desta região. Em especial, atuava junto à associação de moradores do loteamento “Estação dos Ventos” e à Unidade de Proteção Integral, o projeto social da Casa Espírita Fernando do Ó. O início de suas ações foi marcado pela atenção à população infanto-juvenil, mas, atualmente, essas ações estendem-se a crianças, jovens e adultos, por meio de oficinas de atividades artísticas, grupos de convivência, acompanhamentos individuais e pela “busca ativa” em um dos bairros desta região, onde se localiza a associação de moradores. Parte das ações da equipe também acontece no acompanhamento regular das reuniões do Conselho Municipal de

Assistência Social – COMAS, e, eventualmente, das reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA<sup>3</sup>.

O TOCCA foi assim nomeado em setembro de 2010, quando iniciou o desenvolvimento de atividades dedicadas à compreensão da situação de vulnerabilidade/isolamento social em que se encontravam, especialmente, as crianças e os jovens, na cidade. Para tanto, realizou-se o mapeamento de serviços de assistência social, assim como o levantamento bibliográfico em torno da temática da terapia ocupacional e suas relações teóricas e práticas com a Política de Assistência Social.

Deste modo, seus trajetos dizem de um modo de proceder em terapia ocupacional junto a pessoas em situação de vulnerabilidade e isolamento social<sup>4</sup>, e de suas problemáticas iminentes, mas também fala dos limites de uma prática clínica e política vinculada a ações de ensino e às dinâmicas de ensino-aprendizagem, no que tange à profissionalização de terapeutas ocupacionais em práticas territoriais<sup>5</sup>. Aponta-se, assim, para as dificuldades de sustentação de ações a partir de um projeto de extensão universitário com escassos recursos materiais e humanos, em um curso de graduação, ainda em estado de implantação. Dessa forma, tais complicações vão singularizando os modos de ser deste projeto. Assim, de maneira que fosse possível apresentar parte da cartografia desenvolvida com base nestes trajetos, elegemos linhas de sua efetuação ligadas ao que pudemos problematizar acerca das primeiras aproximações e ações do projeto, com uma compreensão do que sejam as complexidades do campo social.

## 2 Métodos

A escolha metodológica pela cartografia adveio da compreensão de uma inseparabilidade entre fazer e conhecer, ambos simultaneamente em um processo de produção contínuo. Acredita-se, assim, que o pesquisador sustenta um processo de criação com a produção da pesquisa, inventando simultaneamente o pesquisar e a si mesmo, ao longo do percurso (FONSECA; KIRST, 2003; ROLNIK, 2006; KASTRUP; PASSOS, 2013). Buscou-se um procedimento que pudesse ajudar a lançar luz aos problemas enfrentados nas ações do projeto, abrindo novos possíveis ao pensamento, e que, ao mesmo tempo, se constituísse em uma intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Para a construção da cartografia, desenvolveram-se cenas conceituais na forma de narrativas inventadas<sup>6</sup>, que convocassem a análise e exprimissem o campo

problemático e suas complexidades; para tanto, se utilizaram fragmentos de diferentes histórias colhidas nos encontros com pessoas<sup>7</sup>, nos locais e instituições, e incluíram-se elementos fabulados. Diários de campo, cadernos de registro<sup>8</sup>, fotografias e anotações de processos do TOCCA foram utilizados na construção das narrativas. Tal procedimento de produção das narrativas objetivou não responder mais a descrições de um real ou de uma ficção como oposições, mas afirmar uma escrita e um olhar em que o ambíguo, a potência de fabulação, pudesse caber como motor da análise das linhas de força que constituíam o projeto.

A narração deixa [...] de aspirar a verdade, para se fazer essencialmente falsificante. [...] É uma potência do falso que substitui e destrona a forma do verdadeiro, pois ela afirma a simultaneidade de presentes impossíveis, ou a coexistência de passados não necessariamente verdadeiros (DELEUZE, 2005, p. 161).

As narrativas, assim, compuseram pequenos testemunhos da prática do TOCCA – pensado como dispositivo de atenção em terapia ocupacional – que, expressos, evidenciaram as suas linhas duras, de estratificação, e suas linhas de criação, de subjetivação. Para Deleuze (1996), os dispositivos se definiriam por sua novidade e engendrariam condições de transformação deles mesmos, a menos que se enrijeçam em suas linhas duras. Para o autor, é na condição de liberação das linhas de saber e de poder que se podem ver os traçados possíveis das linhas de subjetivação “[...] que não cessam de fracassar, mas que também, na mesma medida, são retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo” (DELEUZE, 1996, p. 92).

O trabalho com a narrativa foi essencial para constituir personagens e cenas que pudessem colocar em análise as linhas de força de saber e de poder que operavam nos dispositivos do projeto, produzindo, com isso, pequenos deslocamentos, revirando ideias e modos de olhar, de pensar e de fazer. O exercício da pesquisa fortaleceu o encontro com a linha de criação, lançando o projeto em novos desenhos possíveis de ações e de produção de um conhecimento pautado nas experimentações realizadas.

Para este artigo, elegemos as primeiras elaborações realizadas na cartografia que, tendo a narrativa do “menino-cachorro” como intercessor, buscaram problematizar as concepções de *social* que transitavam/transitam nas linhas que constituem o território do TOCCA.

### 3. Resultados e discussão

#### 3.1 O menino-cachorro e uma aproximação com o campo social e seu território de forças

*O grupo de estudantes e a professora se reúnem com o assistente social daquela equipe, papéis e canetas nas mãos, anotações das observações feitas durante as brincadeiras com aquele menino buscavam dizer de um encontro. Sabia-se que naquelas poucas palavras, no corpo machucado, com feridas à mostra, que naquele jeito franzino, a dureza capturava a infância. Era a primeira discussão de caso conjunta, estavam todos mobilizados por aquele menino. O assistente social começa a narrar: – quando o conheci, ele estava comendo com a mãe, o irmão e o cachorro, mas ele era quem dividia o prato com o cachorro. [O grupo parece desmanchar nas cadeiras, as histórias inundam e desmancham as formas instituídas, fragmentos da narrativa se conectam com ideias, revoltas, imagens inventadas, piedade e toda sorte de sentimentos assistencialistas] A narrativa segue: – a casa é um quadrado, não tem banheiro. Um dia, ele diz, cheguei por lá e as fezes estavam depositadas na entrada da casa, foi quando a mãe me disse, se desculpendo, que havia tido vontade em meio à madrugada já que não há banheiro em casa. As crianças tomam banho no tanque, quando o fazem.*

A violência daquelas palavras forçavam os corpos ali presentes a se desmancharem, invadindo-os com traços da miséria, contaminando-os com a pobreza, a dureza das vidas que vivem à beira do abismo daquilo que se convém chamar social. Aconteceu o menino-cachorro (ANGELI, 2014, p. 27-28).

A questão que nos colocamos circulava pelo “como” nos movíamos. Havia uma identificação com fragmentos de modelos de intervenção em terapia ocupacional no campo social que pareciam responder às necessidades encontradas no atendimento e nas ações de ensino; mas havia, principalmente, o “susto”, a surpresa e a dor produzida pelo contato com uma realidade dura experimentada em corpos miúdos e a tentativa de barrar o acontecimento, de congelá-lo, de anestesiá-lo diante do vivido. Dirá Domingues (2010, p. 61):

toda a sua existência está exposta, os problemas emergiram, as soluções se insinuam. Entretanto, é preciso desejar os problemas, ou melhor, desfazer-se dos falsos problemas. Mudar as perguntas, inventar

soluções, experimentar outros olhares e outros dizeres. [...] precisa avaliar, ora se abrir e ora se preservar, selecionar os momentos, fazer funcionar uma espécie de válvula, estaria aí sua potência.

Evidenciaram-se, nos trajetos do projeto, traços de um pensamento que operava na lógica da causa-efeito, da falta e sua superação, que buscava modelos para aplacar a dor e responder as convocações experimentadas. Não era possível ‘outrar’, vivíamos a intensidade de uma borda, não se podia permanecer no que se era, mas também não se conseguia criar novos contornos (DOMINGUES, 2010).

Neste momento, estávamos “inchados” com muitas histórias, invadidos pela complicação das linhas que atravessavam o dispositivo, tínhamos neste ponto um conhecimento por “experiência vaga”, estávamos “ao sabor dos encontros” (DELEUZE, 1968, p. 268). Corríamos o risco de universalizar ideias com base nos efeitos dos signos sobre nós.<sup>9</sup>

As narrativas do menino-cachorro nos levaram a outros encontros com a cidade, em suas polifonias. O fato era que o menino havia construído uma habitação em nós, não havia pedido licença, nem autorização, a vidaurgia e se fez morada. Contaminava-nos, convocava-nos. Perguntamo-nos como se produziam condições de vida social que permitiam a existência de sujeitos na situação de desfiliação em que se encontrava o menino.

Transítamos, então, por uma cidade marcada pelo trânsito frenético de estudantes e de pessoas em busca de trabalho no setor público, com idas e vindas de significativo contingente populacional, em determinados períodos do ano, ao mesmo tempo em que se apresenta ao longo do tempo como uma cidade de hibridações, de misturas, de passagens.<sup>10</sup>

Como fenômenos socioculturais e práticas comunicacionais datadas e ressignificadas por seus sujeitos, seus usos e apropriações, os espaços da cidade são como corredores polifônicos, espécie de palimpsestos e caixas sonoras, em que a vida urbana se inscreve e se desenrola (MOREIRA; BARROS, 2009, p. 51).

Encontramo-nos com uma cidade que viveu nos trilhos do trem um “marco importante do progresso”, de mudanças em sua paisagem social, econômica e espacial, notadamente com um êxodo rural e a urbanização crescente (WEBER; RIBEIRO, 2010). O ritmo da cidade, segundo alguns historiadores, era marcado pelas idas e vindas de passageiros. Assim como descobrimos que muitos bairros foram

criados em torno de suas linhas, para abrigar seus funcionários, dentre os quais o primeiro conjunto habitacional – GARE – com base em moradias para trabalhadores na Bélgica e na França. Entretanto, outros problemas apareceram para o comércio local e os trabalhadores da viação, quando vivenciaram a decadência gradativa da ferrovia e sua extinção. E, com isso, novos problemas urbanos e sociais se colocaram. É também neste período da década de 1960 que encontraremos as primeiras ocupações irregulares, denotando, segundo a leitura de Botega (2012), uma tentativa de as classes populares resolverem o “déficit habitacional”.

Pelo meio, por baixo, ao lado, nas brechas, vemos surgir uma cidade com narrativas dissonantes e desiguais, que exprimem os efeitos das operações neoliberais, ao mesmo tempo em que a forte presença militar indica um lugar estratégico de defesa do País. Cidade de passagens e de estrangeiros, Santa Maria<sup>11</sup> se define, dentre outras características, como ‘de fronteira’, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, tendo um dos maiores aportes militares do País: é o segundo, depois da cidade do Rio de Janeiro<sup>12</sup>. Construída em meio a montanhas, foi chamada de “Santa Maria da Boca do Monte” pelos portugueses, no período colonial. Em sua narrativa, histórias de acampamentos militares e local de batalhas em algumas guerrilhas; de crescimento relacionado à construção de vias férreas e rodoviárias, assim como do crescimento relativo à implantação de serviços educacionais, dentre os quais a primeira universidade federal no interior do Brasil, em torno de 1960; da presença de imigrantes, desde a sua fundação, na figura de alemães, portugueses e, posteriormente, italianos, belgas e franceses, e migrantes de cidades do entorno e de outros locais do País, movidos pela necessidade de formação universitária e/ou trabalho nestas instituições, assim como no terceiro setor e no trabalho nas forças armadas e/ou na brigada militar.

Tais movimentos foram desenhando as habitações e os bairros, fomentando o terceiro setor – principal atividade econômica da cidade, especialmente Tudo isso implicou e possibilitou a continuidade do crescimento populacional (FLORES, 2010). Outro atravessamento importante se relaciona à presença de nove comunidades quilombolas no entorno da cidade e de outras cidades próximas, e duas comunidades indígenas – Mbya Guarani e Kaingang. A primeira, com sede na cidade, e a segunda, com acampamentos provisórios, já que Santa Maria é parte da rota que a comunidade faz ao longo do ano para a venda de artefatos e da produção local. A presença da população negra é significativa na cidade e ganha representatividade pela criação

de um dos primeiros clubes sociais negros do País. Hoje, o Museu Comunitário Treze de Maio é um espaço tombado pelo patrimônio histórico da cidade e local-sede de alguns movimentos sociais em torno da defesa de direitos e do fortalecimento de aspectos culturais desta população (ESCOBAR, 2012).

Com o menino, viajamos pelas linhas do trem. comercial e educacional – e a geração de empregos no funcionalismo público e na construção civil, ao lado do crescente aporte imobiliário. Houve também o fortalecimento de valores religiosos diversificados e de promoção de bens culturais, tanto quanto situações de desigualdade exacerbada entre grupos populacionais e problemas com fornecimento de bens de direitos, tais como saneamento, saúde, assistência social, dentre outros. Por outro lado, se desenvolveu em educação e cultura por intermédio das misturas com os valores europeus. Uma cidade que se destacou pela produção agrícola quando da instalação de imigrantes alemães e italianos, que conhece o apogeu de desenvolvimento econômico e social quando do surgimento, da implantação e do ápice de produção com a via férrea e a reinvenção, com a vinda da universidade federal (1960), da Base Aérea e do bairro industrial (1970), após a decadência do investimento ferroviário.

O menino mora em suas margens, escuta-o todos os dias e noites, e brinca em seus trilhos, vê os meninos mais velhos correrem para pintar os vagões com cores vibrantes, acompanha seus familiares e vizinhos amarrarem os sacos de lixo para que leve para longe. O menino sabe, ali não passa nem ônibus, nem caminhão de lixo, nem perua escolar e, raramente, ambulância. Passa mesmo é carro de polícia. A história do menino com o trem é antiga, seu avô trabalhou na viação, fora um momento de bonança, conta sua mãe. Podiam ir ao centro mais de uma vez ao mês, e iam ao cinema da cidade. Hoje, parte da renda da família vem da viação, uma indenização, pois um dos membros da família foi morto pelo trem. A linha do trem divide o lugar onde mora, para baixo perto do morro, sua casa, para cima em direção ao centro, fica a casa de José, seu amigo da escola que tem vídeo game. O menino mora na ocupação, José mora na cidade (ANGELI, 2014, p. 31).

Ao lado dos grandes condomínios, de prédios em construção e de suas representações de crescimento urbano, de desenvolvimento econômico, encontra-se uma história importante de ocupações irregulares desde a metade do século XX. Para Botega (2012, p. 91),

Este processo se expandiu por toda a região periférica da cidade e, em 2002, contabilizava

uma estrutura urbana em que mais de 60% do território se constituiu a partir de ocupações irregulares, sobretudo, nas regiões com maior número de habitantes. Mas, mesmo assim, este fenômeno não é sequer tratado nas discussões sobre o desenvolvimento da cidade [...] há outra Santa Maria que se construiu embaixo das lonas e a margem da sociedade [...].

Uma cidade com a qual nos encontramos no cotidiano do trabalho do projeto: sem asfalto, sem acesso de fato à cultura e precária à educação, aos serviços de saúde e de assistência social, sem saneamento básico, sem iluminação pública e transporte; onde a fossa em frente às casas alaga em todas as chuvas, levando esgoto para dentro das mesmas casas, onde cachorros, galinhas, gatos, ratos e baratas convivem diariamente com os homens, disputando os alimentos e os abrigos. Segundo Ramos et al. (2003, p. 14), “[...] observa-se um elevado índice de favelização devido ao crescimento de um cinturão de pobreza que engloba mais de 280 vilas periféricas em torno da cidade. São vilas formadas por ocupações irregulares, tais como as dos sem teto”.

É com o menino também que vamos navegando por outra força presente na cidade, a de cunho religioso, que já se presentifica em seu nome: SANTA MARIA. No horário oposto ao da escola, ele frequenta um projeto social desenvolvido por uma instituição religiosa. Nesta, sua mãe realiza pequenos trabalhos de doméstica, de onde retiram outra parte da renda familiar. Ganham, eventualmente, desta instituição, roupas, calçados, materiais escolares e de higiene, cesta básica. Foi neste lugar que o menino aprendeu a usar talheres e a falar (ANGELI, 2014, p. 32).

Da catequese indígena ao fortalecimento do trabalho das Irmãs Franciscanas no Hospital de Caridade de Santa Maria, o catolicismo imprime suas marcas. Uma vez ao ano, por exemplo, ocorre a romaria como um dos principais eventos da cidade. São escolas e universidades, centros de saúde e asilos para diferentes populações e fundações sem fins lucrativos que coordenam boa parte dos serviços da rede socioassistencial. De outro lado, temos alguns projetos sociais vinculados a centros espíritas e centros evangélicos variados. A religiosidade atravessa significativamente os elementos em jogo, neste território: pessoas, pobreza e ações consequentes, o que nos leva à sua presença marcante na história da assistência no Brasil, a qual, durante muito tempo, esteve vinculada a estas instituições e pressupostos de cuidado.<sup>13</sup>

Polifonias, transpassagens, signos diversos que contaminam, disparam, ressoam a malha delicada de acontecimentos possíveis, expressos nos processos de subjetivação em curso no “caso” TOCCA.

Nas viagens pelas vozes da cidade, por intermédio do corpo-menino, nós vamos cartografando. Identificamos a série população – imigrantes – migrantes, afrodescendentes, indígenas; a série economia – agricultura – viação férrea – atividades do terceiro setor; a série educação e cultura – clubes sociais brancos e negros – museus- escola de belas artes e ofícios – universidades – escolas para filhos de trabalhadores da viação – escolas públicas rurais; a série assistir – cuidar – amparar-dominar – formar-sujeitar. Já, entre estes esboços de desenhos, vemos circularem elementos que jogam um e outro termo em movimento, e que implicam na construção de territórios existenciais diversos. A deriva por estes elementos em jogo nos serve para saber *com* a cidade e seus povos, estar com. Trata-se de pensar como cada um destes elementos vai agir e operar, se comportar nos agenciamentos decorrentes. Uma imagem vem à mente.

Vivemos um encontro no projeto, por exemplo, em que muitos destes universos se singularizaram em um corpo pequeno, negro, pobre e morador de um bairro de periferia. Sobreposições identitárias. Sua voz era grito pelos corredores da escola, na sala de aula, nos grupos conosco. Seu discurso em “ré maior” remetia sempre à cor da pele como algo que o aprisionava e o impedia de ser ouvido. Era preciso reinventar coordenadas de referência, outros possíveis. E fora, com a construção de um objeto referido à cultura negra que a pele negra pôde molecularizar-se em vida naquele menino. Sua pequenez virou sua força. A questão colocada não era referente a ser ou não negro, pertencer ou não a este grupo, mas, encontrar nestes universos de referência outros indícios, rastros de outros possíveis que pudessem agenciar-se de outros modos. Assim, operamos de um modo a tornar as vozes da cidade possíveis ao projeto, multiplicando-o em suas potências (ANGELI, 2014, p. 33).

Tentamos, aqui, um exercício em que nos propusemos a deixarmo-nos ir para aquilo que inventa o mundo com o mundo.

A problemática que se acha então levantada é a de uma mudança de tipo de relação lógica. O ritornelo existencial desencadeia um efeito não discursivo, uma apreensão ontológica que não depende mais de uma lógica onde os conjuntos são qualificados de modo unívoco. A entidade intensiva é

multívoca, diferentemente dos conjuntos discursivos coletados, de modo que se possa sempre saber, sem ambiguidade, se um de seus elementos bem determinados faz parte dela ou não. Existe, ao contrário, um tipo de transversalismo da intensidade, caracterizado por sua afirmação em diferentes escalas e um autopoietismo que fazem com que a entidade maquínica escape à lógica em que os conjuntos discursivos permanecem sempre enquadrados em coordenadas transcendentais (GUATTARI, 1992, p. 73).

E, neste sentido, perguntamo-nos como as múltiplas cidades aparecem neste ou naquele caso. Como atravessa suas vozes, a composição do território existencial do que nomeamos TOCCA?

*Passeando com o menino pelo bairro onde mora, encontramos uma igreja, ele nos conta que ali vai aos domingos com sua mãe. No inverno, tomam sopa com alguns vizinhos que também vão ao culto. As atividades de lazer de sua família também estão ligadas às propostas de passeio que o pastor propõe. O menino tem, ainda, a possibilidade destas no projeto social e na escola. A esta altura, nossos corpos sensíveis estão em turbulência, afinal, a orientação religiosa da igreja é oposta radicalmente a do projeto social que frequenta durante a semana; o menino nos ensina a habitar um máximo de frequências.<sup>14</sup>*

### 3.2 Quando o menino se torna muitos

O universo não funciona por filiação. Nós só dizemos, portanto, que os animais são matilhas e que as matilhas se formam se desenvolvem e se transformam por contágio (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 23).

Acontece que, nesta trajetória inventada do TOCCA, há encontros conceituais possíveis e contágios necessários. Com o menino-cachorro, vamos escutar e contar narrativas sobre o “social”, já que com este, de algum modo, se faz uma das constelações possíveis, tentando desmanchar a totalidade que se engendra nesta palavra. E a complicação aumentou.

Um dos trabalhos que nos apoiaram nos primeiros passos traçados fora o de Robert Castel, especialmente, em seu livro *Metamorfoses da questão social*. Interessou-nos seu olhar naquilo que faz dizer modos de pensar, de falar e de viver o social, que se engendram nestes discursos, e a própria constituição desta questão, o “social”. Para Castel (2010, p. 368), o que chama de social – assistência

definida pelas “formas de proteção mais próximas que resultam da domiciliação” – já ocorria na sociedade pré-industrial. Neste período, segundo o autor, no primeiro plano vemos traçarem-se as linhas da caridade cristã se movendo, principalmente, em prol daqueles inválidos ao trabalho, ao mesmo tempo em que surgem as instituições estatais e as ações laicas, voltadas a uma assistência aos pobres. O autor aponta para a constituição de diferenças nos modos de cuidar dos primeiros e daqueles cuja pobreza adviria da “preguiça”, da “falta de vontade de trabalhar”, tornando evidentes, nestes últimos, as condições de aptidão ao trabalho.

Partindo da concepção de sociabilidade primária<sup>15</sup>, apresenta a sociedade feudal com dois vetores que, juntos, permitem certa estabilidade na vida coletiva. Seriam estes: “[...] as relações horizontais no seio da comunidade rural e as relações verticais da sujeição senhorial” (CASTEL, 2010, p. 50). Denomina *redes de integração primária* a esse processo, entendendo que rupturas nestas podem vir a produzir riscos ou efetivar situações de *desfiliação*. Entretanto, o autor localiza, nas sociedades deste período, uma autorregulação que permite uma nova filiação com base nas relações de interdependência inscritas no território, assim como, observa já, a presença de indivíduos em situação de isolamento social quando os recursos destas redes não são suficientes. Neste sentido, aponta que a precariedade das condições de existência atravessa a todos, mas não se torna *questão social*<sup>16</sup>:

A precariedade da existência faz parte da condição de todos e não rompe com o pertencimento comunitário. Tais sociedades dificilmente aceitam a novidade e a mobilidade, mas são eficazes contra a desfiliação. [...] É claro que já existem andarilhos e pessoas isoladas. [...] uma constante na paisagem. Mas estão foras da comunidade e áreas de vida ‘domesticada’ (organizadas como *domus*, como casas) (CASTEL, 2010, p. 55).

Diferentemente dos andarilhos, *a figura do vagabundo* já aparece aqui, para o autor, como uma figura daquele que pertenceu à organização social e dela se desatrelou, o desfiliado. Sobre estes, veremos incidir uma série de sanções punitivas e que tende a regulamentar sua situação no todo social.

De outro lado, vê-se que o “social - assistencial” aponta para novos, diferenciados e especializados tipos de intervenção, que aparecem como práticas sociais, tais como hospitais, orfanatos e a distribuição organizada da ‘esmola’, que operam como mediadores de problemas na comunidade, com vistas a proteger e

a integrá-la. O social- assistencial, assim, para Castel (2010, p. 57), resultará de “[...] uma intervenção da sociedade sobre si mesma, diferentemente das instituições que existem em nome da tradição e do costume”. Práticas que, deslocadas daquelas referentes às da integração primária, poderiam ser nomeadas como sociabilidade secundária.<sup>17</sup> Em outro sentido, aparecem também núcleos de profissionalização futuros no setor social, a constituição de técnicas de trabalho que vão produzir as diferenças entre as ações dos membros da comunidade e as dos prestadores de assistência, a localização da assistência que transitará entre o domicílio e os serviços que se constituem para tal fim, como os hospitais e, por último, os critérios de elegibilidade da população carente – o do pertencimento comunitário (domiciliação) e o da inaptidão para o trabalho.

De modo a desenhar as linhas dos critérios de elegibilidade para a assistência, Castel nos leva à constituição de um saber-fazer oriundo das práticas e valores pregados pelo “cristianismo medieval”, que aponta diferenças na lida com a mendicância:

O pobre mais digno de mobilizar a caridade é o que exhibe em seu corpo a impotência e o sofrimento humanos. [...] O cristianismo medieval elaborou, dessa maneira, uma versão fascinante, e única, da exaltação da pobreza baseada na consciência exacerbada da miséria do mundo. [...] Essa referência ao que se propôs chamar de *uma teoria da desvantagem* constitui uma coordenada básica de qualquer política de assistência (CASTEL, 2010, p. 68).

Assim, nos diz que o quase direito destes sujeitos em desvantagem passa a ser um direito de fato; em contrapartida, caberá, a este, comprovar sua desgraça. Vemos, de certo modo, como no plano virtual, ainda se faz escutar as linhas desta caridade cristã, uma moralização na compreensão do que seja pobreza, expressa em digna ou não digna.<sup>18</sup> Em suas palavras,

A passagem da assistência a um estatuto de direito não chega a apagar totalmente o estigma vinculado à indigência. Também não consegue deslocar completamente, ou se preferir, a universalizar o direito: a outorga do direito ao socorro depende de uma perícia desenvolvida no plano local. [...] é necessário sublinhar o caráter extraordinariamente restritivo dos critérios a que os beneficiários desse direito devem responder (CASTEL, 2010, p. 368).

Além disso, “[...] o fato de serem atendidos por uma política de socorros pode fazer deles indigentes integrados, mas não muda muito o equilíbrio do

conjunto da sociedade” (CASTEL, 2010, p. 370). Deste modo, dirá que não é neste ponto que se exprime fortemente a “questão social” neste período, mas na vulnerabilidade de massa vivida pelo operariado.

Estes, lançados à própria sorte, nos primeiros momentos da industrialização, de posse da “liberdade de trabalhar”, transitavam entre propostas de emprego oferecendo sua “força de trabalho” e submetiam-se mais ou menos a condições extremamente precárias. A necessidade de fixar o operariado associada ao aumento de produtividade nas indústrias é o que promove a concessão de assistência pelos industriais, naquele momento, revertida em moradia, alguns cuidados médicos e o início de uma poupança administrada pelos donos dos estabelecimentos. De outro lado, ainda, surgem as iniciativas privadas de assistência, uma espécie de beneficência na forma de Sociedades de Socorros<sup>19</sup>. Há toda uma construção de uma lógica que atribui, ao sujeito individual, a responsabilidade de prevenir-se contra “maus tempos” – doenças, invalidez, mortes, etc... “Não há responsabilidade coletiva diante das desgraças que constituem a condição geral de um povo” (CASTEL, 2010, p. 380). Ao mesmo tempo em que a acumulação de bens, que decorre do investimento no trabalho, permitiria, assim, uma mobilidade social. E, para tanto, era preciso “saber viver” em outra condição social e, nestas iniciativas, aparecem reinventados os discursos e as práticas de moralização dos pobres.

Cabe, no entanto, ressaltar que, neste período, estamos no que Foucault<sup>20</sup> denomina de sociedade disciplinar, e que discursos e práticas coadunam em um investimento sobre os corpos, desencadeando modos de sujeição e processos de subjetivação. Em contrapartida, a fragilidade de tal condição do operariado pode vir a lançar velozmente o sujeito em uma condição de desfiliação<sup>21</sup>, fora dos meios de produção e das relações de proteção social. É com o seguro obrigatório, que o Estado Social se volta, então, àqueles que correm o risco de precisar da assistência. Aos que estão nas posições superiores, o seguro se faria pela posse de bens e pela “propriedade privada”.

Retomamos aqui, portanto, a proposta de Foucault (2010a), com relação à construção de uma “cultura do perigo”, e vemos as condições de emergência do “medo da desfiliação”. Simultaneamente, parece-nos que o trabalho se constitui como cerne, como organizador da vida cotidiana, instaurador de processos de subjetivação na modernidade.

A questão da seguridade, tal como foi posta neste período, apresenta, para Castel (2010), o cerne de uma problemática vislumbrada entre Trabalho, Seguridade e Propriedade, presente no início do

século XX. Nesta, para o autor, afirma-se a *sociedade salarial moderna*.<sup>22</sup>

Trata-se realmente de uma mudança de registro. A seguridade social procede de uma espécie de transferência de propriedade pela mediação do trabalho e pela égide do Estado. Seguridade e trabalho vão tornar-se substancialmente ligados porque, numa sociedade que se reorganiza em torno da condição de assalariado, é o estatuto conferido ao trabalho que produz o homólogo moderno das proteções tradicionalmente asseguradas pela propriedade (CASTEL, 2010, p. 387).

Vemos, aqui, que a resposta ao perigo se expressa como um problema da segurança, colocado na forma de um seguro – que protegeria os sujeitos das eventualidades da vida, tais como acidentes no trabalho, mortes, invalidez permanente, dentre outras. Observa-se a segurança em vários níveis de complexidade: do trabalhador para consigo perante o medo da desfiliação, do patronato em relação à perda de produtividade, da economia diante da diminuição da produção de bens e de seu consumo interno e externo, do governo com a iminência de crises econômicas e guerrilhas internas entre os grupos sociais, por exemplo.

A questão que se mostra, na atualidade, decorre, no entanto, para Castel (2010), de uma falência neste sistema que encontrou seu ápice com a modernidade e a centralidade do trabalho assalariado como aquilo que permitia a entrada no circuito das relações e trocas sociais. Ocorre, assim, uma passagem importante na condição de assalariado, na metade do século XX<sup>23</sup>, passando da falta de valor ao “estatuto de principal fonte de renda e proteções” (CASTEL, 2006, p. 28).

Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter se imposto definitivamente, em detrimento de outros suportes [...] como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão (CASTEL, 2010, p. 496).

E, neste sentido, seria importante analisar as relações entre a precariedade econômica e a instabilidade social. Assim, o autor aponta três zonas principais de mobilidade social, pelas quais, se evidenciaria esta dinâmica entre os dois termos. São estas: a *zona de integração* – trabalho estável e boa inserção relacional; a *zona de vulnerabilidade* – intermediária e que conjuga a precariedade no

trabalho com a fragilidade das relações de suporte, e, por último, a *zona de desfiliação*, na qual se unem a ausência de atividade produtiva e o isolamento social (CASTEL, 2010). Há, para ele, mobilidade entre estas três esferas de pertencimento social, podendo o mesmo sujeito transitar por entre elas em diferentes momentos da vida.

Com Castel, adentramos a trama complicada do “social”, oriundo das demandas da sociedade moderna, mas sentimos a necessidade de contaminar sua leitura com a de Foucault e Deleuze. Isso ocorreu pelo modo como nos utilizamos de Castel, seus conceitos e as ressonâncias destes na constituição de um modo de exercer a terapia ocupacional. Observamos que, em um primeiro momento, utilizamos seus conceitos muito mais no fortalecimento de uma identidade de “social” ao TOCCA do que para nos ajudar a problematizar o que produzíamos dentro deste campo, a que respondiam nossas ações.

Contudo, no período em que estivemos a estudar as teorias de Robert Castel, nossas ações foram ampliadas por estarem ligadas a um dos serviços da rede de proteção social básica. Por meio da *busca ativa*<sup>24</sup>, cadastravam-se as famílias e mapeava-se a condição social, inclusive para acompanhar a distribuição e a inserção no programa “Bolsa Família”. Produzimos grupos de convivência permeados pela atividade lúdica e oficinas com recursos das artes cênicas – especialmente o teatro – e pelo levantamento da rede socioassistencial do território, mapeando as entidades e convidando-as para participar das reuniões de rede no serviço. Inseridos no campo da proteção social básica<sup>25</sup>, iniciamos nossos trajetos para conhecer como e de que modo vivem os sujeitos, para compreender, assim, a situação de vulnerabilidade/isolamento social em que se encontravam. Partimos da compreensão do autor a este respeito e olhávamos as condições das redes relacionais – vinculares, e os modos de produção de bens materiais – trabalho.

As caminhadas pelos terrenos e seus relevos nos apresentavam diferentes situações, que iam da vulnerabilidade ao isolamento social; seguíamos a ficha de cadastro do serviço e, a cada semana, atravessávamos as ruelas da comunidade. Entretanto, o processo de vinculação não ocorria, a demanda do cadastramento, as entradas e saídas de diferentes casas, os impedimentos concretos – chuva, sol intenso, conflitos com a polícia e entre os moradores – impediam ou dificultavam a volta a algumas casas e a situações de extrema fragilização. As muitas anotações viravam discussões e, posteriormente, ganhavam cores no arquivo. Páginas e mais páginas, escritas e arquivadas, desenhavam realidades distintas.

As discussões ficavam na ordem dos procedimentos e pouca ou nenhuma elaboração – compreensão dos processos de produção disto ou daquilo – ocorria.

Todo o processo enredava-nos em um sentimento de impotência, de impossibilidade; a comunidade e suas problemáticas eram olhadas como grandes feridas a céu aberto. Percebíamos a produção daquela realidade – as dificuldades que enfrentavam os sujeitos ali – e pouco ou nada conseguíamos produzir de novo, repetíamos infinitamente a vontade de nada, ficávamos cansados. Era preciso esgotar todo o possível, aumentar a potência de combinar, era preciso entrar em relação, aumentar nosso poder de afetar e de ser afetado<sup>26</sup>.

De outro lado, estavam as ações na instituição espírita, que é parte da rede socioassistencial, e que atendia os sujeitos que moravam em uma das pontas da grande comunidade que estávamos visitando. Neste lugar, realizávamos grupos de convivência com a atividade lúdica e uma oficina de contação de histórias. As crianças e as estudantes iam e vinham, e o trabalho produziu efeitos variados. Vivíamos a entrada e a saída das crianças da oficina de modo bastante precário, conhecíamos pouco sua realidade, para além do que exprimiam naquele espaço.

Fora um momento difícil, em que conhecemos o dia a dia das pessoas, das comunidades nas ocupações, dos líderes comunitários e das associações de bairro. Visitamos as casas e nos deparamos com a “miséria”. Víamos apenas isso, um conceito hegemônico sobreposto a uma cena, cheia de detalhes, que os nossos olhos, ouvidos e narizes não eram capazes de captar. O cruzamento dos clichês – pobreza, pobre, miserável, marginal, violento, bagunceiro, baderneiro, vagabundo, palavras e mais palavras – e as imagens que colavam rapidamente nas descrições das cenas vividas. E, por outro lado, as respostas a estas situações que vinham em tom policialesco, de vigilância, controle e/ou salvacionista, de superação, de revolta, de engajamento em movimentos sociais diversos.

Observamos, aqui, que o modo como concebíamos os sujeitos interferia em nossa relação com eles diretamente: parecíamos estar em um sintoma esquizo, fragmentos de teorias diversas eram utilizadas sem costura alguma, como pedaços de mundo que nos inundam e, com eles, fabricamos totalizações diversas; sem conseguir fabricar um sentido com estes fragmentos, perdíamos-nos neles. Nunca era suficiente. Nunca era possível. Tudo era possível. Nada era possível, simultaneamente. Paralisia. Cansávamos das escolhas exclusivas, aquele estava bem, aquele outro não. Aquele é vulnerável, aquele outro não tanto. Com alguma crítica, cadastramos,

anotamos histórias. Sentíamos uma necessidade de saber das pessoas, quem eram elas, como viviam, como lutavam e inventavam estratégias de sobrevivência, como enfrentavam os sentidos da infâmia ou não, como se aliavam e se alienavam ou não. Mas a questão talvez estivesse em fabricar uma dessemelhança, fabricar a diferença, estar em relação com a diferença. Parece-nos que a questão precisava deslocar-se da tentativa de explicar os “fenômenos da desigualdade social” para o acompanhamento de processos de subjetivação que se dão deste e daquele modo, sempre diferentes e que, por vezes, mostram-nos modos de resistir àquilo que retira a vida de sua processualidade própria. Neste ponto, buscamos acompanhar Deleuze e Guattari (2010), quando afirmam que tudo são processos de produção e, em algum ponto, se inventa o novo.

Se em um primeiro momento, o trabalho de Robert Castel (citado anteriormente) nos pareceu explicar a complicação em que estávamos e nos munir de recursos para enfrentar o campo empírico do projeto, no processo de feitura deste estudo observamos pontos de estrangulamento nesta relação e optamos por contaminá-lo com outras referências. Reencontramo-nos com seus conceitos observando o que estes movimentaram em nós ou não, o que sustentou o susto (paralisia diante da alteridade) ou o colocou em andamento no sentido da criação de outros universos de referência ao TOCCA.

Observamos em nossos cadernos de registros das ações do projeto que voltamos mais de uma vez a buscar pelas histórias das pessoas, das instituições de assistência social, dos bairros com os quais nos encontrávamos; enfim, um conhecimento qualquer que nos salvasse da imensidão do mar. Estivemos à deriva, aprisionados em um devir-louco, o que reverberava em uma sensação de impotência frequentemente relatada nas reuniões de equipe. E, foi no entremeio de linhas que compõem as muitas histórias lidas, ouvidas, relatadas, discutidas da cidade, das pessoas, da assistência social, da terapia ocupacional, entre outras, que algo começou a se desenhar como expressão. Uma expressão que aparecia encarnada em uma dor, uma desilusão com a ideia de coletivo, de “juntamento”, de comunidade e em uma compreensão equivocada de que as linhas de abolição que se ligavam aos trajetos de sobrevivência encontrados em efetuação nos corpos-sujeitos, no problema da vulnerabilidade, não representava abertura, mas rigidez, a morte apenas.

Encarnavam-se o silêncio e o vazio. “Ainda assim, do despertar das paixões tristes, é preciso compor um ímpeto, sonhar um silêncio-e-som, ponte precária e fugaz que encontre/invente o ser, estabeleça sua

continuidade vital” (LIMA; ARAGON; FERREIRA NETO, 2010, p. 134).

Neste ponto, cabe destacar que o processo de produção do TOCCA conta com a singularidade de um projeto de ensino, pesquisa e extensão, que nos mobiliza a cada semestre, por exemplo, a contar a história. Estabelecer pontos de começo, sempre novos. A cada vez, com cada grupo de estudantes, observamos de que maneira o TOCCA se efetuou no estado de coisas e nos reencontramos com aquilo que o agita e nos faz inventar novos rumos. Tal condição tem nos levado, impulsionados pela pesquisa, a analisar as linhas de composição do projeto, lançando luz à sua plasticidade em ganhar novos contornos.

Em seu livro, *Cartografias do Desejo*, Guattari e Rolnik (1996) nos relata acerca de sua relação com Jean Oury e, dentre outros, de uma de suas intervenções.

Diversas vezes eu tinha lhe explicado, detalhadamente, minhas crises de angústia, sem que isso parecesse comovê-lo. Até o dia em que ele me deu esta resposta de tipo zen: isso te acontece à noite, antes de adormecer? De que lado você dorme? O direito? Bom, então é só você virar de lado! (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 223).

Guattari, com isso, nos fala desta delicadeza de intervenção que aponta para outras referências possíveis, uma não interpretação, mas uma mudança de posição. “A análise, às vezes, é isso: basta virar” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 223).

Deste modo, colocamo-nos a observar que nosso primeiro movimento com os conceitos encontrados em Castel e, posteriormente, em Foucault, foi o de operar um “pensamento-etiqueta”. Localizando na experiência o que se encaixaria ou não no conceito, buscando explicações que, de algum modo, tamponassem a angústia, mobilizadas no encontro, um encontro que desterritorializa. Em meio à caótica das sensações, os conceitos funcionaram como botes salva-vidas, mas acontece que o bote não tem motor e ficamos parados, engolidos pelo mar aberto. O próprio pensamento quando opera deste modo, “etiquetando”, deixa escapar-lhe ou aprisiona a potência do que acontece, interpretando a cena como algo que lhe é transcendente, aplacando sua imanente vulnerabilidade. Funcionamento biopolítico. Modelização do pensamento. “E modelos não criam”, nos aponta Machado (2002, p. 26), “não nos fazem pensar e, sim, aderir”.

A tensão, no entanto, permanecia no devir cachorro do menino, que nos lançava na multidão

de modos de viver, de transitar, de encarnar o que este caldo social, biopolítico, assistencial, produzia. Aos poucos, vimo-nos propondo, por meio deste trabalho, a virar etiquetas (identidades, totalizações de sentidos e significados em conceitos únicos, etc.) em pensamento (multiplicidades, agenciamentos).

Notamos que ‘pobre’, ‘vagabundo’, ‘marginal’ é um nome que se convencionou dar a certos rastros de vida em oposição a um modelo dominante em cada momento histórico e o que podemos habitar com Castel talvez seja a plasticidade destas categorias, a sua condição histórica, que pode vir a ser redesenhada. Diz-nos, “[...] seria necessário, de preferência, tentar repensar as noções de classes ou de coletivos sociais e de desigualdades sociais, em sua configuração, também ela atual” (CASTEL, 2006, p. 76). Suas zonas de turbulência lançam todos estes atores do social em movimentos possíveis, ainda que gregários a uma ideia de classe social.<sup>27</sup> Interessa-nos, pois, nestes discursos acerca da produção da questão social: vislumbrar a figura do pobre nas diferentes modulações do capitalismo e os rastros de uma assistência social que se desdobra destas configurações; a compreensão crítica de uma assistência que traz acoplada a esta, de cunho moralizador, um sentimento de piedade em relação ao outro; a análise da acepção de diferença por oposição a um modelo de normal e/ou de riqueza, bem como dos discursos que distribuem a assistência, que a destinam a este ou aquele grupo usando o crivo de uma noção de capacidade e de incapacidade.

Nuvens de virtualidades que se expressarão neste ou naquele encontro diferentemente e que constituem parte das máquinas abstratas que se exprimem nas ações neste campo de sentidos e significados pelo qual nos vemos atravessados.

#### 4. Considerações, apontamentos

Concordamos com Foucault, lido por Deleuze (2005, p. 68), que “[...] cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado”. Estamos no que ele define como Saber (ver e dizer), mas temos de outro lado, o Poder<sup>28</sup> e seus diagramas (relações de forças) sempre mutáveis, que se estabilizam nesta ou naquela formação social. Pensar o “social” sob estes aspectos parece nos deslocar de uma sequência histórica linear, que levaria a esta ou aquela condição de vida, de distribuição de riquezas, de produção intelectual e de sociabilidades diversas, dentre outros, nos fazendo observar as passagens, os intervalos, os entremeios que constituem esta ou aquela possibilidade

de existência social, grupos, sujeitos, instituições como estabilizações metaestáveis (SIMONDON, 2003) de um processo sempre em curso .

Quando da leitura de Castel (2010), ainda, incomodou-nos o pensamento quando ele trata da figura do vagabundo, o modo como ele a desenha, especialmente, como personagem presente antes da revolução industrial. Como aquele que habita as bordas, que encarna o fora, mas, constitui para si outro modo de vida. Vimos, ali, uma resistência. Ao mesmo tempo em que a mesma figura, ao longo da história, vai conjurar toda sorte de maus dizeres e atualizar-se diferentemente na figura do “marginal”, muitas vezes, constelando aquele que vai contra, que age por reação e não por afirmação<sup>29</sup>. Gostamos da provocação de Hélio Oiticica (1966), em sua obra: “Homenagem ao cara de cavalo” (Bólide – Caixa 18), com seus dizeres: “seja marginal, seja herói”. Trata-se, aqui, não de enaltecer esta ou aquela figura, mas de perscrutar o que ela aponta de possíveis a outros modos de viver para além daqueles dominantes, o que ela aponta de uma vida menor. Que, em sua molecularização, ousa dizer, como Batebly, “eu preferiria não” (MELVILLE, 2008).

Optar pelas vidas menores talvez seja um modo de podermos inventar uma saída no meio daquilo que seriam as molares desigualdades. Retomamos aqui a questão apresentada anteriormente, buscando nuances outras na paisagem das zonas de turbulência social. Se puder olhar para o social de modo horizontal, observando a turbulência como aquilo que lhe transpassa com os diferenciais, fazendo escapar o social a si mesmo, talvez possa encontrar onde a vida se faz obra de arte. Onde a vida inventa suas coordenadas no momento em que se desenha no mundo, em meio aos jogos de força, por necessidade de se exprimir vivo. Um vivo, que “[...] mostrar-se-ia como um ovo daquele próprio mar que o produziu” (FONSECA; COSTA, 2010, p. 28). O mar também um ovo, um meio em individuação permanente<sup>30</sup>.

Diante disso, foram precisos outros operadores conceituais que nos ajudassem a pensar no social como esse mar, e nas marés deste contemporâneo mundo que habitamos, com todos estes personagens que vimos visitando.

Recuperamos, aqui, a indicação de Deleuze (1996 apud GALLO; ASPIS, 2010, p. 104) acerca de nossa contemporaneidade e dos processos biopolíticos que se engendram naquilo que nomeia, no rastro de Foucault, como “sociedade de controle”. Diz ele, “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”. Para tanto, seguimos Pelbart (2013), em uma palestra acerca do pensamento de Gilbert Simondon, quando se pergunta: “quanto de potencial tem um homem para ir o mais longe dele mesmo?”.

## Referências

- ANGELI, A. A. C. *TOCCA – Uma terapêutica ocupacional*. 2014. 146 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BOTEGA, L. R. Urbanização e ocupações na formação da periferia de Santa Maria – RS na segunda metade do século XX. In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. T. *Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2012. p. 75-94.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2004.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CASTEL, R. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSÁ, C.; BONETTI, L.W.; SOULET, M. H. *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social – uma abordagem transnacional*. Ijuí: UNIJUI, 2006. p. 66-76.
- DELEUZE, G. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Minuit, 1968.
- DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. *Sobre teatro*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2004.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DOMINGUES, L. *À flor da pele*. Porto Alegre: Sulinas/Ed. UFRGS, 2010.
- ESCOBAR, G. *Museu Comunitário Treze de Maio*. Santa Maria: Museu Treze de Maio, 2012. Disponível em: <<http://museutrezedemaio.com.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2012.
- FLORES, J. R. A. Santa Maria: terra de humanidade e cultura. In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. T. *Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2010. p. 75-94.
- FONSECA, T. M. G.; COSTA, L. B. *Vidas do fora*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2010.
- FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M. *Estratégia saber-poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GALLO, S.; ASPIS, R. L. Ensino de filosofia e cidadania nas “sociedades de controle”: resistência e linhas de fuga. *Pro - Posições*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 89-105, 2010.
- GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica e cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia Niterói*, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.
- LIMA, E.; ARAGON, L.; FERREIRA NETO, J. L. *Subjetividade contemporânea: desafios metodológicos*. Curitiba: CRV, 2010.
- MACHADO, L. A. D. *À flor da pele*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MELVILLE, H. *Baterby: o escrivão*. São Paulo: Cosac & Naif, 2008.
- MOREIRA, F.; BARROS, J. M. Diversidade e identidades: fronteiras e tensões culturais no espaço urbano. *Políticas Culturais em Revista Bahia*, v. 2, n. 2, p. 50-59, 2009.
- OITICICA, H. *Homenagem ao cara de cavalo*. Bólide – Caixa 18. 1966. Imagem (Prancha).
- PASSOS, R.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- PELBART, P. P. *Palestra: encontro Simondon*. Mesa 3 individualizações. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=z7cPEeggag0>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- RAMOS, N. et al. *Pesquisa e diagnóstico sobre crianças e adolescentes em risco pessoal e social em Santa Maria: construindo cidadania*. Santa Maria: Pallotti, 2003. (Relatório de Pesquisa).
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística – FEE. *Perfil socioeconômico de Santa Maria*. Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santa+Maria>>. Acesso em: 24 ago. 2012.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- SIMONDON, G. A gênese do indivíduo. *Cadernos de subjetividade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 98-117, 2003.
- SPOSATI, A. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 2010.
- WEBER, B.; RIBEIRO, J. I. *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010.

## Contribuição dos Autores

Andréa do Amparo Carotta de Angeli: responsável pela elaboração e redação do artigo. Tânia Mara Galli Fonseca: orientadora do trabalho, responsável pela revisão do texto. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

## Notas

- <sup>1</sup> O projeto TOCCA – Terapia Ocupacional, Corpo, Cultura e as Artes – contou com o FIEEX-CCS – Financiamento à Extensão do Centro de Ciências da Saúde/UFSM, nos anos de 2011 e 2013, com registro no SIE: 028087 - UFSM.
- <sup>2</sup> O texto foi produzido a partir da Tese de Doutorado – TOCCA: Uma terapêutica ocupacional – e fez parte da produção da linha de pesquisa Subjetividade, Política e Clínica do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGPSI-UFRGS, orientada pela Professora Doutora Tania Mara Galli Fonseca.
- <sup>3</sup> Identificamos a necessidade do acompanhamento de ambos os conselhos; no entanto, encontramos dificuldades de horário da equipe para tanto.
- <sup>4</sup> Tomamos aqui o conceito de Castel (2010) como um modo de definir a problemática social a que estão lançados muitos sujeitos que vivem à margem da produção econômica e de relações sociais dominantes. Experimentando, com isso, dificuldades e/ou impedimentos variados no acesso aos bens de direitos – moradia, saúde, educação, saneamento básico, dentre outros. Ao longo do trabalho, entretanto, vamos operando outras possibilidades de leitura, buscando multiplicar este olhar para além de sujeitos e sociedade, no sentido de singularidades.
- <sup>5</sup> Referência à disciplina de Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional em Práticas Territoriais, oferecida no sexto semestre do curso de graduação em terapia ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. Os graduandos participam das atividades do projeto em duas instituições da rede socioassistencial de proteção social básica de Santa Maria.
- <sup>6</sup> Os trechos em itálico, deste modo, correspondem às narrativas inventadas.
- <sup>7</sup> O que decorreu de relatos variados de diversas situações presentes nos cadernos de registros das ações do projeto; cabe ressaltar que as narrativas inventadas não tratam de relatos verídicos da história de um sujeito.
- <sup>8</sup> O TOCCA possuía, no período de 2010-2014, que corresponde à feitura da tese, cadernos de registro dos atendimentos em grupos e oficinas, diários de campo desta pesquisadora, registros das reuniões da equipe realizados por estudantes que passaram em estágio neste período (em torno de seis a cada semestre), bem como fotos e vídeos de acontecimentos nestes diferentes espaços. Foram materiais de análise também Trabalhos de Conclusão de Curso realizados por estudantes vinculados ao projeto de extensão, voluntariamente ou com Bolsa do Fundo de Incentivo a Extensão do Centro de Ciências da Saúde/UFSM. Cabe ressaltar que o projeto recebeu este financiamento somente nos anos de 2011 e 2013.
- <sup>9</sup> Tratamos aqui das definições de Deleuze com Espinosa acerca dos três gêneros de conhecimento; segundo ele, “[...] o que forma a unidade do primeiro gênero do conhecimento são os signos. Eles definem o estado de um pensamento que permanece inadequado, envolvido, não explicado. [...]” Faz parte também deste gênero, o “estado civil”, “[...] a partir do estado de natureza, a imaginação forma ideias universais abstratas, que guardam do objeto essa ou aquela característica sensível” (DELEUZE, 1968, p. 268). Deste processo, nos diz, do estado civil, nascem os signos imperativos, o conhecimento por “ouvir-dizer”.
- <sup>10</sup> “No decorrer do tempo, a mescla de elementos culturais entre nativos e estrangeiros marcou peculiarmente o desenvolvimento humano da cidade. [...]” (FLORES, 2010, p. 20).
- <sup>11</sup> Em 2011, a cidade contava com uma população estimada em 262.312 habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2012).
- <sup>12</sup> Em fevereiro de 2014, em processo de finalização desta tese, tivemos a notícia de que Santa Maria montará o maior centro de formação militar estratégica do País.
- <sup>13</sup> Para Sposati et al. (2010, p. 41), “[...] no caso brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato, enquadrada como caso de polícia e, tratada no interior de seus aparelhos repressivos. [...] a pobreza era tratada como disfunção social dos indivíduos. A competência cotidiana para cuidar de tal fenômeno era colocada para a rede de organismos de solidariedade social da sociedade civil, em especial àqueles organismos atrelados às igrejas de diferentes credos. O estado se insinuava nesta rede enquanto agente de apoio, um tanto obscuro, ou de fiscalização”.
- <sup>14</sup> “Não apenas o canto de um pássaro tem suas relações de contraponto, mas pode fazer contraponto com o canto de outras espécies, e pode, ele mesmo, imitar estes outros cantos, como se se tratasse de ocupar um máximo de frequências” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 239).
- <sup>15</sup> “Entendo por isso os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas [...]”.

Formas estáveis de relações acompanham a realização dos principais papéis sociais na família, na vizinhança, no grupo etário e sexual, no lugar ocupado na divisão do trabalho, e permitem a transmissão das aprendizagens e a reprodução da existência social” (CASTEL, 2010, p. 48-49).

- <sup>16</sup> Para Castel (2010, p. 30), “A questão social é uma aporia fundamental sob a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”.
- <sup>17</sup> “Sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse desatrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais especializados” (CASTEL, 2010, p. 57).
- <sup>18</sup> Não estariam neste ponto, também, ruídos do que se expressa hoje, em nossa Política Nacional de Assistência Social na forma de benefícios, já que o ‘Benefício de Prestação Continuada’ (BPC) dependerá da comprovação disciplinar – médica, jurídica, psicológica – da invalidez, e o da ‘Bolsa Família’, da posse da carteira de trabalho e/ou o do Seguro Desemprego, que depende de comprovação em carteira de seis meses de trabalho ao longo do ano, para serem concedidos?
- <sup>19</sup> Se, de um lado, tais sociedades respondiam as iniciativas filantrópicas de moralização dos pobres e do patronato de fixar a mão de obra, de outro, elas permitiram uma relação de horizontalidade entre seus membros, que escapava do “governo dos melhores”. “A mutualidade propõe um modo de existência do coletivo que não é cimentado pela dependência hierárquica. [...] é o princípio da solidariedade que une os membros [...] É possível [...] que os mantenedores de uma ordem tutelar tenham criado uma serpente em seu seio” (CASTEL, 2010, p. 374).
- <sup>20</sup> Referimo-nos, neste trecho do trabalho, aos cursos do autor ministrados no Collège de France entre 1975 e 1979, em torno da Biopolítica e seu nascimento: “Em defesa da Sociedade” (FOUCAULT, 2010); “Nascimento da Biopolítica” (FOUCAULT, 2008); “Segurança, Território e População” (FOUCAULT, 2009).
- <sup>21</sup> Para o autor, há uma correlação entre “o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 2010, p. 24).
- <sup>22</sup> “Uma sociedade em que a identidade social se baseia no trabalho assalariado mais do que na propriedade” (CASTEL, 2010, p. 386).
- <sup>23</sup> Trata-se, aqui, do que ele chama de passagem entre a sociedade industrial para a “sociedade salarial”.
- <sup>24</sup> Estratégia presente na Política Nacional de Assistência social como ação a ser desenvolvida pelos equipamentos de proteção básica, de modo que possam cuidar do território onde se encontram, assim como estabelecer e fortalecer vínculos comunitários e prioridades na atenção.
- <sup>25</sup> “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p. 27).
- <sup>26</sup> “A combinatória é a arte ou a ciência de esgotar o possível, por disjunções inclusivas. Mas apenas o esgotado pode esgotar o possível, uma vez que renunciou a toda a necessidade, preferência, finalidade ou significação. [...] O que conta para ele é em qual ordem fazer aquilo que deve ser feito, e segundo quais combinações fazer duas coisas ao mesmo tempo, quando ainda tiver necessidade, por nada” (DELEUZE, 2010, p. 3-4).
- <sup>27</sup> Apesar de Castel (2006) vir a problematizar esta noção de classe social, contextualizando-a em um modo sociológico de conceber datado da década de 70 do séc. XX, o autor também propõe, na atualidade, apesar das desigualdades se agravarem e pesarem “de uma forma cada vez mais impiedosa sobre os indivíduos”, a existência de um destino social sofrido por um significativo contingente de pessoas, ao que ele pensa se parecer muito com um “destino de classe”. “Esses grupos, muitas vezes de origem popular, correm o risco de permanecerem presos a uma condição no limite da pobreza, não sendo muito bem vindos socialmente, expostos aos riscos da insegurança social e sofrendo a dominação de grupos mais bem posicionados” (CASTEL, 2006, p. 75).
- <sup>28</sup> “As relações de poder são relações diferenciais que determinam singularidades (afetos). A atualização que as estabiliza, que as estratifica, é uma integração: operação que consiste em traçar ‘uma linha de força geral’, em concatenar as singularidades, alinhá-las, homogeneizá-las [...]” (DELEUZE; GUATARRI, 1997, p. 83).
- <sup>29</sup> Referência à diferença entre reagir e resistir, este último colocado na esteira da afirmação. Seguimos Deleuze em sua leitura de Nietzsche: “porque existem duas espécies de sofrimentos e de sofrendores. Aqueles que sofrem da superabundância de vida fazem do sofrimento uma afirmação [...] aqueles que sofrem de um empobrecimento de vida [...] fazem do sofrimento um meio de acusar a vida, de contradizê-la [...]” (DELEUZE, 2010, p. 26-27).
- <sup>30</sup> “Por consequência, unicamente a individuação, enquanto operação do ser completo, e considerada como ontogenética. A individuação deve, então, ser considerada como resolução parcial e relativa, que se manifesta em um sistema contendo potenciais e encerrando certa incompatibilidade em relação a si próprio, incompatibilidade feita tanto de forças de tensão quanto de impossibilidade de uma interação entre termos extremos das dimensões” (SIMONDON, 2003, p. 101).